



O PROCESSO DE MANUALIZAÇÃO DO SABER LINGUÍSTICO EM UM MANUAL DE LINGUAGEM INCLUSIVA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Camilla Machado Cruz¹

Este trabalho está vinculado ao Projeto de Pesquisa “A manualização do saber linguístico: discursos sobre igualdade de gênero em guias de linguagem inclusiva brasileiros”, desenvolvido sob orientação da Profa. Dra. Taís Martins. O objetivo deste trabalho é propor uma análise discursiva geral do manual intitulado “Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL”, publicado pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), em 2018.

Primeiramente, é importante destacar a crescente publicação de manuais e guias de linguagem inclusiva no Brasil atualmente. Nesta pesquisa, consideramos fundamentais as noções de manualização, como proposta por Puech (1998), e de gramatização, tal como teoriza Auroux (1992). A manualização do saber linguístico é o processo pelo qual os manuais tornam-se produtos tecnológicos e socioculturais, visando a vulgarização do saber linguístico. Para que esses produtos sejam instrumentos linguísticos, ocorre o processo de gramatização, com o propósito de instrumentalizar a língua.

É preciso ressaltar que, em Análise do Discurso, a língua é a materialidade do discurso, a base de todos os processos discursivos, posto que, em concordância com Pêcheux (2014), a língua existe a partir da historicidade e da contradição ideológica. Por isso, o discurso está aliado à língua de forma constituinte, não acidental, estando a língua sujeita ao equívoco e à instabilidade.

Para Glazman (2021), conforme a Análise do Discurso, existe uma tendência de que os discursos sobre a língua, ou seja, as práticas metalinguísticas (como os manuais), se organizem em determinadas formas discursivas, de acordo com a formação na qual se envolvem e com as tensões da conjuntura. Com base em Medeiros (2016), o surgimento de novos discursos sobre língua e gênero poderia fazer emergir novas formas linguísticas, as quais poderiam ser transitórias ou instalarem-se definitivamente na sociedade.

Em nossas análises, contamos com o aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa articulada à História das Ideias Linguísticas, a fim de buscar compreender como ocorre o processo de manualização do saber linguístico em guias de linguagem inclusiva a partir do nosso *corpus* de pesquisa. Para evidenciar a importância deste trabalho, nos colocamos em consonância com Garcia (2018), que afirma que o processo de manualização de uma linguagem não sexista e os manuais funcionam como um espaço de dizer, visto que atendem às demandas que visam sustentar uma posição legitimada às mulheres, na sociedade e no uso da língua.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos, Linha de Pesquisa: Língua, sujeito e história, UFSM, bolsista CAPES, orientadora: Profa. Dra. Taís da Silva Martins, UFSM.

Na capa do manual analisado, além de desenhos que representam uma certa diversidade de pessoas, se simbolizam o “@”, a letra “a” e o desdobramento “a/o” para marcar a inclusão de gênero. Vale ressaltar que, no caso específico dessas análises, selecionamos 8 sequências discursivas (SD) para buscar identificar a formação ideológica (FI) e a formação discursiva (FD) nas quais os discursos se inscrevem. Em seguida, na *Apresentação*, destacamos as SD1 e SD2.

SD1: “Comemoro a organização e as ações da Comissão de Gênero e Raça do Ifal, composta de pessoas com diferentes conhecimentos, mas que têm em comum a vontade de nomear o mundo de forma inclusiva: em feminino e masculino”.

SD2: “A linguagem pode ser flexível, dócil, maleável ou excludente. As gramáticas, a produção acadêmica, os livros didáticos, os manuais, os documentos oficiais, os editais, e um longo etcétera, têm reproduzido a invisibilidade e a exclusão das mulheres em nome da tradição, do texto “enxuto”, de uma falsa neutralidade masculina.”

Analisando a primeira e a segunda SD, consideramos que a manualização ocorre na busca por “nomear o mundo de forma inclusiva”, o que é concebido como usar a linguagem inclusiva de gênero para incluir “feminino e masculino”, propondo uma solução para a “invisibilidade e a exclusão das mulheres, em nome da tradição, do texto “enxuto” de uma falsa neutralidade masculina”, como consta no manual. Nesse sentido, o manual propõe o uso de uma “linguagem não sexista”, não “desvalorizando as mulheres”, inscrevendo o discurso sobre a linguagem presentes nas SD1 e SD2 em uma FD não sexista, no interior de uma FI igualitária.

Neste trabalho, pelo viés da Análise do Discurso pecheutiana de linha francesa, pensamos a ideologia não com um conjunto de ideias simplesmente, mas sim como algo constituinte dos sujeitos e dos sentidos, que coloca em funcionamento a formação ideológica de forma heterogênea e contraditória. A formação discursiva dominante determina o que pode e deve ser dito em uma formação ideológica específica, visto que, conforme Pêcheux (2014, p. 147), a formação discursiva, citamos: “[...] é aquilo que em uma formação ideológica dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e o que deve ser dito [...]”.

Após a *Apresentação*, na seção *Por que utilizar a linguagem inclusiva*, analisamos as SD3 e SD4.

SD3: “Nessa perspectiva, a linguagem inclusiva surge como proposta para que nós, do Ifal, possamos contribuir com a construção de uma cultura que promova a igualdade de tratamento entre mulheres e homens na administração pública.”

SD4: “Nosso manual tem como objetivo refletir e apresentar uma proposta de linguagem ampliada, em que todas as pessoas – independente de sexo/gênero – possam sentir-se incluídas.”

De acordo com a terceira e a quarta SD, a linguagem inclusiva é uma proposta para que a instituição possa promover “a igualdade de tratamento entre mulheres e homens na administração pública”, para que “todas as pessoas – independente de gênero/sexo – possam sentir-se incluídas”, como indica o manual, inscrevendo o discurso sobre a igualdade em uma FI igualitária, primeiramente, em uma FD não sexista, “mulheres/homens”. Posteriormente, em uma FD inclusiva de gênero, ou seja, que busca visibilizar e contemplar todas as pessoas, de todos os gêneros, não só o feminino e o masculino.

A seguir, apresentamos as SD5 e SD6:

SD5: “Aqui apresentamos algumas ideias para as pessoas que, em seu cotidiano profissional, constroem e elaboram editais para concursos ou seleções públicas. Vejamos...”

Podemos não usar o masculino como universal. Para isso, é possível alterar o uso de palavras, como por exemplo:”

SD6: “Candidato. Possibilidades: Pessoa candidata. Candidata/o. [...] Candidato negro. Possibilidades: Pessoa negra candidata. Candidata/o negra/o. [...] Índio/o indígena. Possibilidades: Pessoa Indígena.”

Na seção *Se navegar é preciso, tornar a linguagem inclusiva também!*, onde se localiza a SD5, é apresentado o público-alvo do manual: pessoas que “constroem e elaboram editais para concursos ou seleções públicas” e o propósito principal é mencionado: “não usar o masculino como universal” e “alterar o uso de palavras”. Logo, na seção *Possibilidades*, onde se localiza a SD6, há diversas sugestões para 28 termos, que seriam usados no masculino genérico, baseadas em substantivos comum de dois gênero e desdobramento de feminino e masculino. Por exemplo: “Candidato” por “pessoa candidata” ou “candidata/o”. É recorrente a sugestão de uso do termo “pessoa”, “profissional” e “docente” para não marcar o gênero. Conforme a quinta SD, que se refere à mudança do termo “candidato” por outros, o uso da linguagem inclusiva prioriza: ou o efeito de neutralidade, ou o feminino antes do masculino, sempre inscrevendo o discurso sobre a linguagem em uma FI igualitária. Contudo, inscrevendo-o ora em uma FD inclusiva de gênero, como em “pessoa candidata”, ora como uma FD não sexista, como em “candidata/o”.

Subsequentemente, na seção *Leslie Campaner dá a dica*, recomenda-se “a barra (/) e a utilização das duas marcações de gênero, com o feminino sempre antes”. Nessa sexta SD, observamos que o discurso sobre a linguagem se inscreve em uma formação discursiva igualitária, em uma posição-sujeito não sexista, em que se destaca a mulher ao marcar o gênero feminino antes do masculino. Ademais, ao passo que reverbera saberes a partir de uma FD não sexista, também se inscreve em uma FD antirracista com relação a pessoas negras e indígenas.

Finalmente, na seção *Ainda há dúvidas?*, analisamos as SD7 e SD8.

SD7: “A mudança no uso atual da linguagem de forma que apresente equitativamente as mulheres e os homens é necessária, assim como também se faz necessário eliminar o uso de palavras discriminatórias que desvalorizem, subordinem ou rebaixem grupos minoritários (raça, etnia, pessoas com deficiência, entre outros).”

SD8: “Não é à toa que a linguagem inclusiva vem sendo internacionalmente debatida e nomeada de diferentes formas, mas, em todos os países, o objetivo é o mesmo: refletir sobre a construção discursiva dos sujeitos e os seus efeitos na sociedade.”

De acordo com a sétima e oitava SD, a manualização ocorre de modo que se reforça o ideal de igualdade de gênero, desde uma perspectiva binária de “feminino/masculino”, “mulher/homem”, “a/o”, mas também tratando da inclusão de outros grupos minoritários que sofrem discriminação com relação à “(raça, etnia, pessoas com deficiência, entre outros)”, sendo o objetivo do uso da linguagem inclusiva o de “refletir sobre a construção discursiva dos sujeitos e os seus efeitos na sociedade”, como citado no manual, inscrevendo o discurso sobre a linguagem em uma FI igualitária que abrange a FD não sexista e a FD inclusiva de gênero, mas não de forma dominante, como ocorre em outras SD que analisamos. Nessas últimas SD, as FD dominantes possíveis são a FD antirracista e a antidiscriminatória contra pessoas com deficiência.

Pensando a partir das condições de produção contemporâneas, desde o nosso gesto de interpretação, os discursos presentes no manual analisado se inscrevem em uma formação ideológica (FI) igualitária que determina diversas formações discursivas (FD): FD não sexista, FD inclusiva de gênero, FD

antirracista e FD antidiscriminatória contra pessoas com deficiência, como dito anteriormente. A manualização do saber linguístico ocorre de forma que os gêneros não são nomeados em sua ampla diversidade, mas sim bifurcados em feminino e masculino, ou permanecem na ordem do não-dito, daquilo que não está especificado no discurso.

Tratando especialmente de raça, é importante sinalizar que o racismo estrutural se vincula diretamente às instituições sociais. Nesse sentido, conforme Almeida (2019), o racismo não é algo anormal, uma patologia social, tampouco um desarranjo institucional. O racismo é uma decorrência da própria estrutura social. Por isso, é importante que manuais de linguagem inclusiva de instituições brasileiras como o IFAL abranjam não só questões de gênero, mas também de raça, etnia, deficiência, entre outras problemáticas que devem ser discutidas em sociedade e que são formas de discriminação enraizadas nas estruturas sociais.

Encerramos esta análise parcialmente, questionando como é possível (e se é possível) incluir todos os gêneros sociais na língua portuguesa e se os manuais, no processo de manualização do saber linguístico, se preocupam com a inclusão dos diversos gêneros existentes, assim como das diversas raças e etnias, entre outras questões que se referem à inclusão. E mais: os discursos dos manuais podem produzir efeitos de sentido de controle e de neutralização do dizer?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- AUROUX, Sylvain. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- GARCIA, Dantielli Assumpção. Sexismo linguístico e o processo de manualização: a presença de feminino na língua. **Fragmentum**, Santa Maria, n. esp., p. 141-159, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36587>. Acesso em: 12 out. 2021.
- GLOZMAN, Mara. La ilusión del todo. Lengua(je), discurso y política de géneros en perspectiva materialista. **Revista Latinoamericana del Colegio Internacional de Filosofía**, n. 8, p. 111-138, 2021.
- INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **Manual de Linguagem Inclusiva para Editais de Concurso Público (Seleção Pública) do IFAL**. Maceió: IFAL, 2018.
- MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. **Essa língua não me representa**: discursos sobre língua e gênero. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.
- PUECH, Chistian. Manuélisation et disciplinarisation des savoirs de la langue. **Les Carnets du Cediscor**, Paris, n. 5, p. 15-30, 1998.